



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Divisão de Licitação

**RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO – PROCESSO N.º 012294/2025**

**RECURSO:** DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO-DISBRAL

**CONTRARRAZÃO:** STRATURA ASFALTO LTDA.

Referente à:

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 6250/2025 (Flowdocs)**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09/2025**

**DATA DA ABERTURA:** 21 de Agosto de 2025

**HORÁRIO:** 10:00

O procedimento licitatório está sendo realizado na forma **ELETRÔNICA**, pela Plataforma BLL Compras, no endereço: <https://bllcompras.com>.

**DO OBJETO:**

Constitui objeto a **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ASFÁLTICOS**, em conformidade com as especificações contidas no edital e anexos.

Inicialmente informo que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade na modalidade *PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO*, na forma ELETRÔNICA, nos termos do Decreto Municipal n.º 3.847 de 12 de junho de 2024, na Lei Federal n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações e Lei Complementar Federal n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e anexos. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 06/08/2025, no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 07/08/2025, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>, PNCP, Portal da transparência e Plataforma BLL Compras.

**DA TEMPESTIVIDADE:**

- O recurso foi interposto, dentro dos prazos legais, portanto tempestivo, pela empresa **DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO-DISBRAL**.
- A contrarrazão foi interposta, dentro dos prazos legais, pela empresa **STRATURA ASFALTO LTDA**.

Ambos documentos foram protocolados nesta Prefeitura sob n.º 012294/2025 (Flowdocs). Sendo considerado os prazos do julgamento do presente processo o Art. 165, I e II, da Lei n.º 14.133/2021.

**DO INICIAL:**

A Agente de Contratações deste Município, instituída pela Portaria n.º 0396/2025, referente ao Pregão Eletrônico n.º 09/2025, julga e responde o recurso interposto pela empresa

**DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO-DISBRAL**, bem como, contrarrazão interposto pela empresa **STRATURA ASFALTO LTDA**, insatisfeitas com a decisão da fase habilitatória do certame.

Dispõe a lei em seu Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: “Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...)”.

### **DO RECURSO APRESENTADO:**

No recurso, a recorrente, **DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO-DISBRAL**, alega que sua inabilitação técnica foi indevida, apresentando os seguintes fundamentos principais:

- O recurso é tempestivo, interposto dentro do prazo legal.
- A inabilitação foi feita de forma subjetiva, sem análise profunda quanto ao atendimento dos requisitos e à legislação regulatória.
- A empresa foi inabilitada sob a alegação de que o comprovante de inscrição ativa no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA estaria incompatível com as atividades exigidas no item 9.12.1.5 do edital, que trata de comercialização, transporte, armazenamento ou industrialização de produtos asfálticos.
- A empresa está devidamente inscrita no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP/IBAMA) sob o código 15-2 (fabricação de produtos derivados de processamento de petróleo, de rochas betuminosas e de madeira), que abrangeria também a comercialização de emulsões e asfaltos, atendendo ao edital.
- A Ficha Técnica de Enquadramento (FTE) 15-2 do IBAMA, a atividade de fabricação de produtos petroquímicos básicos compreende automaticamente a comercialização dos produtos fabricados. Isso significa que, do ponto de vista ambiental e econômico, não há necessidade de CNAE adicional para fins de comercialização.
- Possui CNAE 20.21-5/00, licenciamento ambiental válido e autorização da ANP para fabricação e distribuição de asfaltos, com base própria homologada.
- A recorrente está enquadrada na categoria 15 do IBAMA, que abrange fabricação e comercialização de produtos petroquímicos; possui habilitação junto à ANP como distribuidora de asfaltos, conforme Resolução ANP nº 933/23, enquanto as empresas enquadradas na categoria 187 do IBAMA não possuem autorização para fabricar ou distribuir emulsões asfálticas reguladas pela ANP, não tendo lógica técnica ou legal inabilitar a fabricante/distribuidora habilitada e habilitar uma empresa de simples comércio químico, sendo respaldo regulatório para atuar nesse segmento.
- Aponta incoerência na habilitação de concorrentes (GRECA e STRATURA), que teriam apresentado enquadramentos incorretos.
- Destaca experiência consolidada, com fornecimento a mais de 400 prefeituras e órgãos públicos, e defende que sua exclusão viola os princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, ampla defesa e contraditório.

Pedidos formulados pela recorrente:

1. Reforma da decisão que a declarou inabilitada.
2. Reconhecimento de sua habilitação nos itens 1, 2 e 3 do certame.
3. Inabilitação das concorrentes GRECA e STRATURA.
4. Subsidiariamente, remessa do recurso à autoridade superior ou fornecimento de cópia integral do processo para eventual judicialização.

### **DO CONTRARRECURSO APRESENTADO:**

Em contrapartida, a empresa **STRATURA ASFALTOS LTDA** apresentou contrarrazões ao recurso interposto pela Distribuidora Brasileira de Asfalto Ltda – DISBRAL, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 09/2025, cujo objeto é a aquisição de produtos asfálticos.

Principais argumentos da STRATURA:

- O recurso da DISBRAL é tempestivo, porém improcedente.
- A Distribuidora Brasileira de Asfalto Ltda – DISBRAL deixou de apresentar Comprovante de inscrição ativa no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA, devidamente compatível com as atividades de comercialização, transporte, armazenamento ou industrialização de produtos asfálticos.
- A Distribuidora Brasileira de Asfalto Ltda – DISBRAL foi corretamente inabilitada, pois o Cadastro Técnico Federal (CTF/APP/IBAMA) apresentado refere-se apenas à fabricação, sem contemplar a atividade de comercialização exigida pelo edital (item 9.12.1.5).
- Os produtos CAP 30/45 e CM-30 são fabricados pela Petrobras e apenas comercializados por distribuidoras, tornando indispensável a comprovação dessa atividade no CTF.
- A STRATURA apresentou CTF/APP com códigos adequados (18-6 e 18-7), abrangendo a comercialização de combustíveis e derivados de petróleo.
- A Distribuidora Brasileira de Asfalto Ltda – DISBRAL deveria ter impugnado o edital no momento oportuno, não cabendo alegar irregularidade em fase recursal.
- O princípio da vinculação ao instrumento convocatório impõe a observância estrita do edital, o que a recorrente não atendeu.

Pedido:

- Improvimento do recurso da Distribuidora Brasileira de Asfalto Ltda – DISBRAL, mantendo sua inabilitação.
- Caso o recurso seja provido, requer cópia integral do processo para eventual medida judicial.

### **DO JULGAMENTO:**

Observados os ritos legais, o recurso apresentado, antes da manifestação desta Pregoeira, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, a Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, para análise e pronunciamento do recurso, tendo em vista que a inabilitação da empresa se deu pela parte técnica, solicitado pela Secretaria demandante e, por fim, à Procuradoria Geral do Município para análise e parecer.

### **Segue parte do parecer da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes:**

Informo que a Secretaria solicitante apresentou a seguinte resposta em evento #4 do processo administrativo nº 012294/2025, quanto ao recurso e contrarrazão apresentados:

#### **“5. DOS QUESTIONAMENTOS**

As análises realizadas observaram, em todos os casos, o disposto no item 9.12 do edital, em especial no subitem 9.12.1.5, que exige a apresentação de comprovante de inscrição ativa no CTF/APP do IBAMA, em nome da empresa proponente, devidamente compatível com as atividades de comercialização, transporte, armazenamento ou industrialização de produtos asfálticos.

Quanto às alegações da DISBRAL sobre suposto erro da Comissão na análise dos documentos da GRECA (parágrafos 19 a 24 do recurso), esclarece-se que a GRECA concorreu em lotes distintos por meio de filiais diferentes, cada uma com CNPJ próprio. No Lote 01, a filial participante foi inabilitada por descumprir o edital; já no Lote 02, outra filial apresentou documentação regular e foi habilitada.

No tocante à alegação de que o código 15-2 incluiria automaticamente a comercialização de produtos fabricados (parágrafos 10 a 17 do recurso), ressalta-se que tal interpretação não procede. A Ficha Técnica de Enquadramento do IBAMA é clara ao estabelecer que o código 15-2 se refere exclusivamente à fabricação, não abrangendo atividades de comércio. Para fins de comercialização, são indispensáveis os códigos da Categoria 18.

Ressalta-se que em contato via e-mail com o IBAMA foi esclarecido pelo órgão que a atividade do código 15-2 NÃO abrange as atividades relacionadas ao comércio de produtos derivados do asfalto. Sua aplicação se restringe unicamente às atividades de fabricação mencionadas em sua descrição.

Por fim, quanto à indagação sobre a habilitação de empresas em determinados lotes e sua inabilitação em outros, mesmo com documentos semelhantes, cumpre esclarecer que a análise foi realizada de forma individualizada por lote, considerando a natureza do produto ofertado e a compatibilidade dos documentos apresentados com as exigências do edital.

## 6. CONCLUSÃO

Diante do exposto, reafirma-se que:

- A STRATURA ASFALTOS S/A atendeu plenamente às exigências editalícias para a habilitação nos Lotes 01 e 03, motivo pelo qual foi corretamente habilitada nesses lotes.
- A GRECA apresentou documentação adequada para o Lote 02, por meio de filial distinta daquela que concorreu no Lote 01, cumprindo integralmente o edital e sendo, portanto, habilitada.
- A DISBRAL deixou de comprovar adequadamente os códigos exigidos para a habilitação nos Lotes 02 e 03, em especial quanto ao comércio, razão pela qual foi inabilitada.

Ressalta-se, de forma categórica, que o código 15-2 refere-se apenas à fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, rochas betuminosas e madeira, não contemplando atividades de comercialização. Para tanto, é imprescindível a inscrição em códigos da Categoria 18, garantindo a necessária compatibilidade entre a atividade exercida e o enquadramento ambiental.

Conclui-se, portanto, que a fase de habilitação foi conduzida de forma técnica, objetiva, transparente e em estrita conformidade com o edital e com a legislação aplicável, inexistindo qualquer afronta aos princípios da Administração Pública ou ao devido processo legal”.

Faço constar que o parecer completo da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes será disponibilizado na íntegra na aba “arquivos” na plataforma BLL Compras.

**Segue parte do parecer da Procuradoria Geral do Município:**

“Logo, as normas de habilitação para a produção e fornecimento de tais produtos são de suma importância, devendo ser observado os documentos obrigatórios essenciais e obrigatórios na fase de habilitação.

Em análise à resposta ao recurso administrativo apresentado pela empresa DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA – DISBRAL, anexado no evento #4, verificou-se que o setor técnico analisou objetivamente a documentação apresentada pelas empresas conforme critérios objetivos expressos no edital, não havendo se falar que houve julgamento subjetivo ou que foram inobservadas as regras editalícias, devendo ser negado provimento ao aludido recurso.

Diante do exposto, opino pelo indeferimento *in totum* do recurso apresentado pela empresa DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA – DISBRAL”.

Faço constar que o parecer completo da Procuradoria Geral do Município será disponibilizado na íntegra na aba “arquivos” na plataforma BLL Compras.

Considerações desta Pregoeira:

Após analisar o recurso interposto pela empresa DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO-DISBRAL, bem como, das contrarrazões apresentadas pela empresa STRATURA ASFALTO LTDA, e, levando em consideração os pareceres emitidos pelo setor técnico requisitante, a Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes e pela Procuradoria Geral do Município, passo ao julgamento final do presente recurso.

Observa-se que a inabilitação da recorrente se deu pelo descumprimento de exigências da qualificação técnica, expressas no edital do Pregão Eletrônico nº 09/2025, pertinente ao item editalício abaixo:

**9.12.1.5. Comprovante de inscrição ativa no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA, em nome da empresa proponente, devidamente compatível com as atividades de comercialização, transporte, armazenamento ou industrialização de produtos asfálticos;**

A controvérsia principal reside no fato de que a empresa DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO – DISBRAL defende que o código 15-2 do Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA, no qual está enquadrada, abrange automaticamente a comercialização dos produtos fabricados, especialmente aqueles destinados ao mercado, como os utilizados em pavimentação rodoviária. Segundo a recorrente, tal descrição inclui a fabricação de emulsões asfálticas, produtos derivados do petróleo, conforme exposto no item III.10 do recurso.

O conflito consiste na interpretação do enquadramento do código 15-2 do CTF/IBAMA: se este seria suficiente para abranger tanto a fabricação quanto a comercialização, conforme sustenta a DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO – DISBRAL, ou se a ausência de código específico para comercialização inviabiliza a habilitação, conforme defende a STRATURA ASFALTOS LTDA.

Por outro lado, a empresa STRATURA ASFALTOS LTDA, na condição de contrarrecorrente, sustenta que o código 15-2 não contempla a comercialização exigida, entendimento que somente seria assegurado por códigos específicos, a exemplo dos 18-6 e 18-7, os quais garantiriam a habilitação para o objeto em disputa.

O Setor Técnico (SOPUT) informa em sua resposta que a análise foi objetiva e conforme edital. Que a recorrente (DISBRAL) apresentou apenas o código 15-2 (fabricação) e 18-1 (transporte de cargas perigosas), mas não comprovou o código de comercialização, concluindo pelo indeferimento do recurso, mantendo a inabilitação da referida empresa.

A Procuradoria Geral do Município destacou o princípio da vinculação ao edital (art. 5º da Lei 14.133/21), destacando que as regras de habilitação são de observância obrigatória, especialmente pela natureza poluidora dos produtos e que setor técnico analisou objetivamente a documentação apresentada pelas empresas conforme critérios objetivos expressos no edital, opinando pelo indeferimento *in totum* do recurso apresentado pela empresa DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA – DISBRAL.

É importante ressaltar que o edital (item 9.12.1.5) exige a compatibilidade do CTF/APP com as atividades de comercialização, transporte, armazenamento ou industrialização de produtos asfálticos.

Destaco que a irregularidade apontada no item 25 pela empresa DISBRAL é fato. Contudo, cabe destacar que a orientação dos órgãos de controle externo é no sentido de evitar o formalismo excessivo. Nesse contexto, verifica-se que a empresa GRECA apresentou a Declaração Unificada em documento juntado anteriormente à abertura da sessão, restando apenas a ausência de declaração relativa a um item específico. Tal complementação foi solicitada por esta Pregoeira, considerando tratar-se de documento já pré-existente no processo.

Destaco a informação do Setor Técnico quanto as alegações da DISBRAL no que se refere a análise dos documentos da empresa GRECA (parágrafos 19 a 24 do recurso), esclarecendo que a “GRECA concorreu em lotes distintos por meio de filiais diferentes, cada uma com CNPJ próprio. No Lote 01, a filial participante foi inabilitada por descumprir o edital; já no Lote 02, outra filial apresentou documentação regular e foi habilitada”.

O Setor Técnico esclareceu a indagação sobre a habilitação de empresas em determinados lotes e sua inabilitação em outros, mesmo com documentos semelhantes, informando que a análise foi realizada de forma individualizada por lote, considerando a natureza do produto ofertado e a compatibilidade dos documentos apresentados com as exigências do edital.

Esclareceu, também, quanto à alegação de que o código 15-2 incluiria automaticamente a comercialização de produtos fabricados (parágrafos 10 a 17 do recurso), ressaltando que tal interpretação não procede. A Ficha Técnica de enquadramento do IBAMA é clara ao estabelecer que o código 15-2 se refere exclusivamente à fabricação, não abrangendo atividades de comércio. Para fins de comercialização, são indispensáveis os códigos da Categoria 18.

Por todo exposto, informo que:

O princípio da vinculação ao edital impõe interpretação restritiva: não cabe ao gestor ampliar ou flexibilizar requisitos não previstos expressamente. Não cabe, na fase recursal, reinterpretar o edital ou ampliar o alcance dos códigos exigidos (princípio da vinculação e da preclusão).

O edital, em seu item 9.12.1.5, exige expressamente a apresentação de inscrição ativa no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA, compatível com as atividades de comercialização, transporte, armazenamento ou industrialização de produtos asfálticos.

A empresa recorrente apresentou inscrição no CTF/APP sob os códigos 15-2 (fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo...) e 18-1 (transporte de cargas perigosas),

sem comprovar atividade de comercialização, em desconformidade com o exigido no edital, seriam indispensáveis os códigos da categoria 18.

As alegações da recorrente no sentido de que o código 15-2 abarcaria automaticamente a comercialização não encontram respaldo no instrumento convocatório, sendo certo que a Administração Pública está vinculada às regras previamente estabelecidas (art. 5º da Lei nº 14.133/21).

O Setor técnico da Secretaria demandante (SOPUT) e a Procuradoria Geral do Município manifestaram-se pelo indeferimento do recurso, ressaltando a ausência de compatibilidade documental com a exigências editalícias.

Importante informar que o julgamento do recurso e contrarrazão apresentada se basearam em informações técnicas apresentadas pelo setor demandante, haja vista a complexidade dos argumentos e documentos apresentados.

### **DA DECISÃO**

Ante o exposto, esta Pregoeira/Agente de Contratação, que tem o dever de cumprir o que lhes foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, através da Comissão de Equipe de Apoio do Pregoeira/Agente de Contratação, nomeada pela Portaria G.P. nº 396 de 08 de janeiro de 2025, **INFORMA** que em referência as alegações apresentadas e da análise realizada nas razões e por todo o exposto dos autos, **DECIDE**:

**CONHECER** o recurso interposto feito pela empresa DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO-DISBRAL, bem como, as contrarrazões apresentadas pela empresa STRATURA ASFALTO LTDA.

**ACATAR**, o parecer por parte do Setor demandante, a Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, bem como, parecer da Procuradoria Geral do Município, diante das informações apresentadas, tendo em vista que são os responsáveis pela elaboração e confecção das documentações para elaboração do edital, valendo-nos de seus argumentos a nossa reposta ao recurso e contrarrazões interpostos.

**OPINO**, pelo **INDEFERIMENTO** do recurso administrativo interposto pela empresa DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO-DISBRAL, julgando-o improcedente e mantendo-se a decisão de inabilitação da referida licitante, com base nos princípios da legalidade, vinculação ao edital, julgamento objetivo, isonomia e segurança jurídica, conforme previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Faço constar que a decisão desta pregoeira baseia-se nos argumentos técnicos apresentados pela Secretaria solicitante e argumentos jurídicos apresentados pela Procuradoria Geral do Município.

**ENVIAR** o processo para o Gabinete do Exmo. Sr. Prefeito para deliberação.

**APÓS**, que a resposta seja disponibilizada na plataforma BLL Compras, e seja publicada nos veículos de comunicação: Diário Oficial do Município, portal da transparência e PNCP, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

É a decisão.

São José do Vale do Rio Preto, 02 de outubro de 2025.

**FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**

Pregoeira/Agente de Contratação